

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CNTV

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Out

DIESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3269 - Ano 2024

UAI global union

## CAMPANHA COLETE FEMININO:

# CNTV SE REUNE COM MINISTÉRIO DO TRABALHO E COBRA FISCALIZAÇÃO DOS EPI'S



**CNTV e Sindesv/DF se reúnem com MTE para cobrar uma ação fiscalizadora nacional em relação ao EPI Colete Balístico fornecido aos Vigilantes pelas empresas empregadoras**

Nesta quarta-feira, 02 de outubro, dirigentes da CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do DF se reuniram no Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho para cobrar uma ação fiscalizadora nacional em relação ao EPI Colete Balístico fornecido aos Vigilantes pelas empresas empregadoras.

Lembramos ao Ministério do Trabalho que desde a inclusão do Colete Balístico para o Vigilante na Norma Regulamentadora nº 06 – NR-6 (Portaria nº 191/2006), nenhuma fiscalização ou checagem da qualidade e efetividade do material foi realizada pelo órgão.

### **E o que se constata nos dias de hoje:**

- Vigilantes utilizando coletes de tamanhos desproporcionais ao seu corpo, que não protege todo o tronco (frontal, lateral e traseira), resultando em morte de colegas;
- Vigilantes MULHERES sem seu colete feminino específico, conforme determina Portaria do Exército (Portaria 18/2006);
- Vigilantes trabalhando com coletes vencidos;
- Nenhuma higienização, conforme prevê a NR6;
- Outros cuidados relativos ao equipamento.



# Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024 bate novo recorde e movimentou mais de R\$ 6,5 bilhões

**Edição deste ano foi promovida de 16 a 20 de setembro, em todo o país, com mais de 25,3 mil acordos homologados.**



A Justiça do Trabalho encerrou a 14ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024 com um novo recorde de arrecadação: R\$ 6,5 bilhões. O valor supera os R\$ 4,3 bilhões do ano passado. A edição deste ano foi promovida de 16 a 20 de setembro em todo o país.

Foram mais de 87,4 mil audiências realizadas, 25,3 mil acordos homologados, além de 482 leilões realizados. Do total arrecadado, R\$ 1,4 bilhões foram decorrentes de acordos, R\$ 2,2 bilhões de alvarás, R\$ 244 milhões decorrentes de leilões, R\$ 362 milhões de precatórios e RPVs e mais de R\$ 1 bilhão em alvarás expedidos e não pagos, e R\$ 748 milhões de outros arrecadados e bloqueados. Também foram recolhidos mais de R\$ 433 milhões em arrecadação fiscal e previdenciária.

Confira os detalhes dos dados no painel com os resultados finais.

## **Tribunais de destaque Grande Porte**

Entre os maiores TRTs do país, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) foi o que mais arrecadou, com R\$ 1,7 bilhão, seguido do TRT da 15ª Região (Campinas/SP), com R\$ 877 milhões, e do TRT da 2ª Região (SP), com R\$ 756 milhões.

## **Médio Porte**

O TRT da 5ª Região (BA) movimentou R\$ 362,1 milhões, seguido do TRT-9 (PR), com R\$ 282 milhões, e do TRT-7 (CE), com R\$ 241,4 milhões movimentados.

## **Pequeno Porte**

A liderança foi do TRT-17 (ES), com R\$ 212 milhões, seguido do TRT-20 (SE), com R\$ 140,5 milhões, e do TRT-14 (RO/AC).

## **Empenho coletivo**

Ao celebrar os resultados desta edição, o coordenador nacional da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET), ministro Cláudio Brandão, agradeceu o empenho das pessoas que compõem a instituição, em especial as que estiveram dedicadas às pautas da semana.

“Conseguimos alcançar a maior quantidade de números que representassem esse grande esforço nacional e pudemos terminar a semana com todo êxito, semelhante aos anos anteriores”, destacou. “Isso mostra todo o empenho desenvolvido por servidores e magistrados”, completou.

Fonte: TST (Sílvia Mendonça/AJ)

# Homologação de acordos extrajudiciais pela Justiça do Trabalho valerá como quitação final

**Resolução do CNJ amplia métodos consensuais a fim de reduzir o volume de processos**



Foto: CNJ

A partir de agora, os acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho terão efeito de quitação final e irrevogável. Com isso, o acordo não poderá mais ser questionado judicialmente no futuro.

A novidade, regulamentada pela Resolução 586/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), surge como resposta ao elevado volume de processos trabalhistas e ao potencial de resolução consensual de conflitos.

Nos primeiros seis meses, a norma será aplicada apenas a acordos com valor superior a 40 salários mínimos (atualmente, R\$ 56.480), a fim de avaliar os resultados. A expectativa é que a medida não apenas reduza o número de processos mas também agilize a resolução de conflitos.

Para que os acordos sejam válidos, a parte trabalhadora tem de estar assistida por advogada ou advogado próprio ou pelo

sindicato. Pessoas com menos de 16 anos ou incapazes deverão obrigatoriamente contar com a assistência dos pais, de curadores ou de tutores legais.

A homologação não pode ser parcial. Os acordos deverão prever expressamente a quitação ampla e não podem abranger questões relacionadas a sequelas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais não mencionadas ou a direitos desconhecidos pelas partes no momento da negociação.

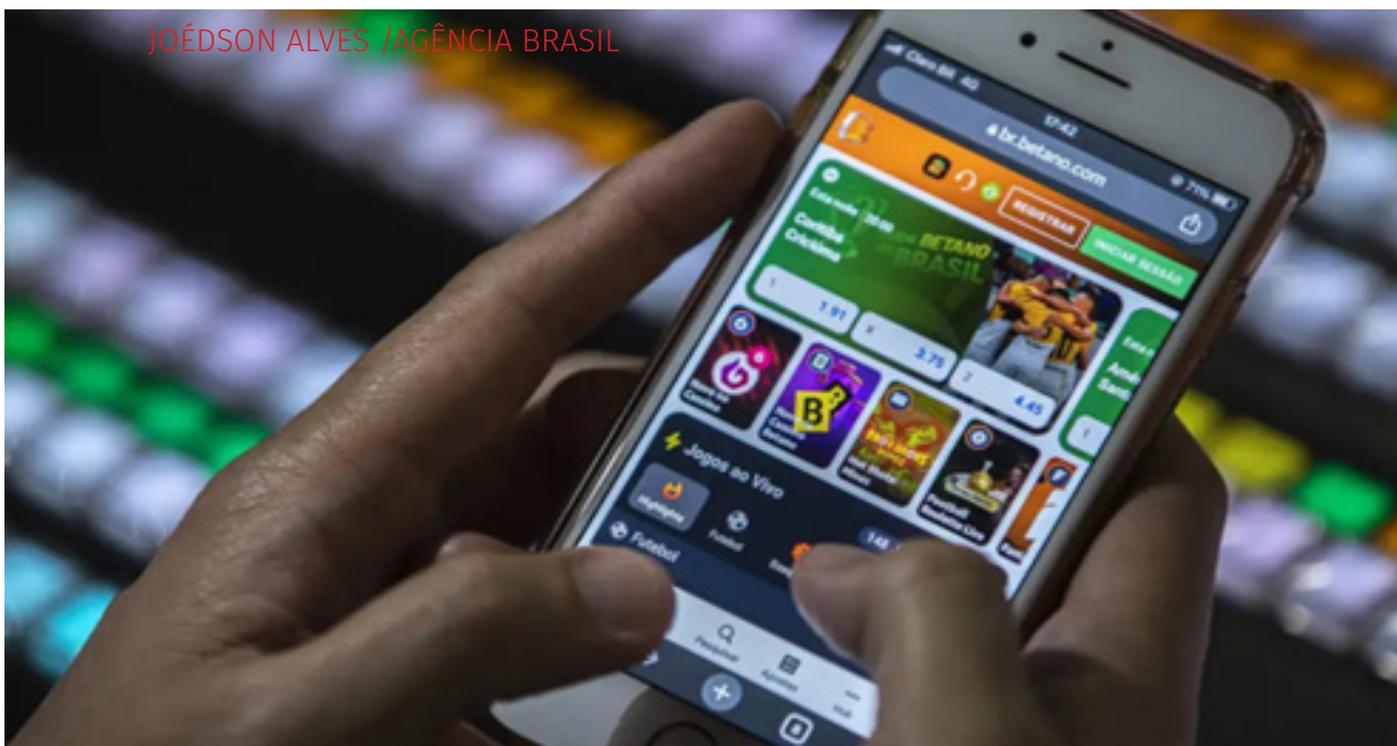
## **Colaboração institucional**

A resolução leva em conta os esforços do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para estruturar e incrementar os resultados obtidos pelos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs-JT) em todo o país. O texto foi elaborado com a participação de representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Ordem dos Advogados do Brasil, das centrais sindicais e das confederações patronais.

Fonte (Silvia Mendonça e Andréa Magalhães/CF)

# Apostas online são armadilhas que dão prejuízos imensos à maioria dos trabalhadores

**32 milhões de brasileiros já fizeram apostas em Bets que em um ano movimentaram quase R\$ 24 bilhões, prejudicando principalmente os mais pobres que sonham com dinheiro fácil e rápido**



JOÉDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL

O cenário das apostas online no Brasil, desde sua liberação em 2018, trouxe profundas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras do país. Embora inicialmente vistas como uma oportunidade de ganhos rápidos, essas plataformas têm se revelado uma armadilha que comprometem a renda e a saúde mental dos brasileiros, especialmente aqueles das classes mais vulneráveis.

Dados do Datafolha mostram que mais de 32 milhões de brasileiros já fizeram apostas online. A capilaridade desse fenômeno é clara: ele atravessa todas as classes sociais e regiões. No entanto, uma pesquisa publicada pela \*Folha de S.Paulo\* revela que o impacto é particularmente severo entre jovens, homens e trabalhadores das classes C, D e E, que

representam 62% dos prejudicados.

O valor médio gasto pelos brasileiros com apostas online é de R\$ 263 por mês. Esse montante, aparentemente modesto, mascara uma realidade mais preocupante.

Entre junho de 2023 e junho de 2024, os apostadores movimentaram impressionantes R\$ 23,9 bilhões, gerando uma espiral de dívidas que agrava as já acentuadas desigualdades sociais. No dia a dia, trabalhadores têm relatado que recorrem a empréstimos para cobrir despesas básicas, e muitos solicitam adiantamento de salários para pagar dívidas de jogos. Essa realidade se reflete no ambiente de trabalho, onde a produtividade cai, afetada pelo estresse e pela ansiedade gerados pelo endividamento.

## **Uma doença chamada Ludopatia**

O acesso fácil às plataformas de apostas e a publicidade agressiva têm contribuído para o crescimento da ludopatia, o vício em jogos de azar, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como uma doença. No Brasil, o trabalhador e a trabalhadora se encontram particularmente vulneráveis, presos em um ciclo em que cada nova aposta é vista como uma solução imediata para os problemas financeiros, mas que, na prática, só aprofunda as dificuldades.

A OMS estima que mais de 1% da população adulta mundial sofre de ludopatia, mas muitos não reconhecem o vício ou não buscam ajuda. O tratamento, nos casos mais graves, pode exigir internação, embora os métodos mais comuns incluam terapia cognitivo-comportamental, medicamentos e o estabelecimento de limites financeiros. O apoio da família, amigos e colegas de trabalho é crucial para a recuperação, mas a dependência financeira que muitos trabalhadores enfrentam complica esse processo.

### **A regulamentação das apostas e seus desafios**

A liberação das apostas online no Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro, ocorreu sem regulamentação, abrindo espaço para uma proliferação de sites fraudulentos e golpistas. Esse cenário afetou, principalmente, a classe trabalhadora, que já enfrentava dificuldades financeiras. O vácuo regulatório permitiu que plataformas não supervisionadas explorassem ainda mais os trabalhadores, intensificando o ciclo de endividamento e estresse financeiro.

Somente em 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva implementou uma regulamentação do setor, com o objetivo

de mitigar esses danos. A medida incluiu a tributação de 18% sobre a receita bruta das plataformas e o combate à publicidade enganosa. Neste ano o Ministério da Fazenda assumiu a regulação das apostas de quota fixa e criou a Secretaria de Prêmios e Apostas, estabelecendo um marco regulatório mais rigoroso.

As novas regras preveem medidas de controle para prevenir a lavagem de dinheiro, incluindo a identificação obrigatória dos apostadores por meio de documentos e reconhecimento facial, além da exigência de que as apostas sejam feitas com contas bancárias cadastradas. As empresas de apostas devem garantir a segurança da informação e se comprometer com a prevenção de fraudes, associando-se a organismos de integridade esportiva. A legislação também proíbe menores de idade de participarem de apostas e limita as apostas em eventos esportivos que envolvem exclusivamente menores.

Recentemente, o governo federal divulgou uma lista com 88 empresas autorizadas a operar no Brasil, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, numa entrevista anunciou que entre 500 e 600 sites que não se regularizarem serão bloqueados nos próximos dias. Ele também avisou para as pessoas que tem algum saldo financeiro nessas Bets podem resgatar o dinheiro o mais rápido possível.

A intenção do governo Lula com essas medidas é garantir um ambiente de apostas mais seguro e transparente, tanto para a sociedade como para as empresas que operam no país.

Fonte: CUT - Escrito por: Luiz R Cabral |  
Editado por: Rosely Rocha

# Domingo é dia de exercer o direito de escolher os rumos da sua cidade

**Neste 6 de outubro os brasileiros e brasileiras vão escolher seus representantes ao Executivo e Legislativo municipais. Em plataforma, CUT orienta quais os pontos em que o eleitor deve ficar atento**



O voto, embora obrigatório no Brasil, é na verdade, o exercício máximo da cidadania. É o momento em que as pessoas têm o direito de escolher, de forma democrática, quem elas querem que as representem e, para isso é importante que o eleitor antes de registrar seu voto neste domingo (6) conheça bem a plataforma dos candidatos e candidatas, seus aliados e se eles realmente representam aquilo que você quer para a sua cidade e o futuro do país.

A eleição municipal é tão importante quanto as demais porque é na cidade que as pessoas vivem e são atendidas pelos serviços públicos, seja a saúde, a educação, o transporte público e outros. “É por meio do voto que são mantidas as

instituições constitucionalmente estabelecidas e civicamente atuantes”, defendeu a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, ao “convocar” a população a comparecer ao pleito deste domingo.

Lula também defendeu o direito ao voto, a soberania dos povos e a preservação da democracia. Em evento realizado no mês passado, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente brasileiro destacou que “nossa luta é fazer com que a democracia volte a ser percebida como o caminho mais eficaz para a conquista e efetivação de direitos. Recuar não vai apaziguar o ânimo violento de quem ataca a democracia para silenciar

e retirar direitos. Não há contradição entre coesão social e o respeito à diversidade. O pluralismo nos fortalece. A democracia em sua plenitude é base para promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência”

A CUT enquanto entidade sindical e defensora da democracia também se posicionou sobre a importância do voto para o desenvolvimento de um país verdadeiramente justo e solidário, em que cada cidadão e cidadã possam ter uma vida digna, com respeito a seus direitos e que “dias melhores” não sejam apenas retóricos, mas que sejam de fato, alcançados.

Por isso que a CUT elencou 13 pontos em sua Plataforma Eleitoral 2014 que são importantes não apenas para a classe trabalhadora como para a população de todas as idades. A plataforma traz temas de interesse de toda a sociedade relacionados ao meio ambiente, emprego, segurança pública, cultura, esporte, lazer, transporte, serviços públicos, entre outros.

“É preciso mudar a correlação de forças desfavorável aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras no Congresso Nacional, o que começa por eleger vereadores e vereadoras, prefeitos e prefeitas comprometidos com a democracia, com a geração de empregos, de renda e de oportunidades de trabalho; que tenham compromisso em melhorar a educação, a saúde e o transporte público, em proteger o meio ambiente e construir moradias de qualidade em territórios adequados e seguros”, diz trecho da apresentação da Plataforma.

O papel dos vereadores é o de apresentar e votar projetos dos seus colegas e dos prefeitos. São eles que aprovam ou não, o orçamento de uma cidade e para onde os investimentos serão destinados, seja a construção de uma

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

nova escola, seja a troca de asfalto, seja em programas de saúde. Por isso que seu papel é importante nas decisões a serem tomadas pelo prefeito ou prefeita eleitos.

Um levantamento do TSE, atualizado na última sexta-feira (27/09), às 17h, indicava um total de 463.367 candidaturas registradas de 29 partidos políticos. Desse número, 93,23% (431.980) são para o cargo de vereador, enquanto 3,36% (15.573) são para prefeito e 3,41% (15.814) para vice-prefeito.

Opções são milhares, mas cabe agora a você, eleitor, decidir o que quer para a sua cidade, votando em candidatos que defendam aquilo em que você acredita.

### **Serviço**

Horário de votação

Domingo (6) das 8h às 17h, sempre tendo como referência o horário de Brasília/DF.

### **Documentos necessários**

Para votar não é obrigatório levar o título de eleitor, mesmo para quem não fez a sua biometria junto à Justiça Eleitoral. Apenas um documento original com foto é o suficiente. São eles: carteira de identidade; identidade social; passaporte ou outro documento de valor legal equivalente, inclusive carteira de categoria profissional reconhecida por lei; certificado de reservista; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação.

Importante: não será admitida certidão de nascimento ou de casamento como prova de identidade no momento do voto.

**FONTE: CUT - Escrito por: Redação CUT |**

**Editado por: Rosely Rocha**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF